

LEITURA: UMA QUESTÃO LOGOCÊNTRICA OU ANTILOGOCÊNTRICA?

READING: LOGOCENTRIC OR ANTILOGOCENTRIC QUESTION?

Maria Isabel Borges¹

Resumo

É objetivo, neste artigo, discutir algumas idéias acerca das concepções e do processo da leitura (ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992b; BAKHTIN, 1992, 1997; FREIRE, 1990; GOULEMOT, 2001; KLEIMAN, 1995a, 1995b; SOLÉ, 1998a, 1998b) sob a orientação de parte de fundamentos derridianos (DERRIDA, 1971, 2004) e de seguidores na área dos estudos identitários (HALL, 2003; RAJAGOPALAN, 2002) e na da linguagem (ARROJO, 1992a, 1992b, 1992c; ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992a; RAJAGOPALAN, 2003; SIGNORINI, 1998).

Palavras-chave: Desconstrução; Linguagem; Leitura; Sujeito-objeto.

Abstract

In this paper, it is objective to discuss some ideas about the conceptions and about the process of the reading (ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992b; BAKHTIN, 1992, 1997; FREIRE, 1990; GOULEMOT, 2001; KLEIMAN, 1995a, 1995b; SOLÉ, 1998a, 1998b) under the orientation of part of the notions of Derrida (1971, 2004) and of followers in the area of the studies of identities (HALL, 2003; RAJAGOPALAN, 2002) and in the area the studies of the language (ARROJO, 1992a, 1992b, 1992c; ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992a; RAJAGOPALAN, 2003; SIGNORINI, 1998).

Key-words: Deconstruction; Language; Reading; Subject-object.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É possível discutir as concepções de leitura e seu processo por meio da separação do sujeito leitor do ato de ler, do texto (a ser) lido e do mundo em que vive? Ou, refazendo a pergunta de outra forma: é possível distinguir claramente o sujeito leitor da instância da leitura (o texto, o momento da leitura, o ato, o contexto sócio-histórico...)? Há, de um lado, perspectivas que pressupõem a possibilidade de distinção objeto-sujeito; e de outro, há as que

¹ Doutoranda em lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

são perpassadas pela negação dessa pressuposição: elas são pautadas na inseparabilidade entre objeto e sujeito.

Somos guiados, neste trabalho, por algumas idéias derridianas (DERRIDA, 1971, 2004) e por alguns argumentos de estudiosos inseridos nos estudos identitários (HALL, 2003; RAJAGOPALAN, 2002) e nos estudos da linguagem (ARROJO, 1992a, 1992b, 1992c; ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992a; RAJAGOPALAN, 2003; SIGNORINI, 1998).

Preocupamo-nos, primeiramente, em construir uma base teórica no que diz respeito a nossa visão de leitura; em seguida, discutimos algumas concepções de leitura e questões sobre o processo possibilitador do ato de ler (ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992b; BAKHTIN, 1992, 1997; FREIRE, 1990; GOULEMOT, 2001; KLEIMAN, 1995a, 1995b; SOLÉ, 1998a, 1998b).

1 CONSTRUINDO UMA BASE TEÓRICA

1. 1 O projeto da desconstrução: uma proposta derridiana

A palavra *desconstrução* começou a ser usada pelo filósofo francês da linguagem Jacques Derrida. Sua irrupção ao campo filosófico se concretizou nos primeiros trabalhos de Derrida: *Gramatologia* (2004)² e *A escritura e a diferença* (1971)³. Arrojo (1992a, p. 9) afirma que “[n]ão é fácil definir ‘desconstrução’” e acrescenta que “... talvez seja mais adequado dizer o que *não* é ‘desconstrução’: não é um método, nem uma técnica e nem tampouco um modelo de crítica que possa ser sistematizado e regularmente aplicado a

² O título da obra em francês é *De la gramatologie*, publicado pela primeira vez em 1967. Neste trabalho, estamos utilizando a segunda edição da tradução ao português do ano de 2004.

³ O título da obra em francês é *L'écriture et la différence*, publicado pela primeira vez em 1967. Neste trabalho, estamos utilizando a tradução do português do ano de 1971.

teorias, textos ou conceitos”. Não se trata de uma busca por uma abordagem teórico-metodológica, com o propósito de invalidar a que está em vigor e substituí-la. Em vez disso, o projeto da desconstrução procura ler as abordagens teórico-metodológicas atuantes no âmbito do conhecimento filosófico e científico, para desvelar os pontos frágeis propositalmente camuflados ou despercebidamente cobertos. Em outras palavras, é explicitar os “nós” das contradições, das hierarquias, das aporias e das verdades tidas como absolutas. Além disso, nossos modos de pensar, de conceituar e de abordar os objetos de estudo eleitos como tal são resultado de uma herança da qual fazemos parte. No entanto, como argumenta Derrida (2004, p. 17), para desconstruir:

... é preciso cercar os conceitos críticos por um discurso prudente e minucioso, marcar as condições, o meio e os limites da eficácia de tais conceitos [modos de pensar, de conceituar e de abordar os objetos de estudo], designar rigorosamente a sua pertença à máquina que eles permitem desconstituir; e, simultaneamente, a brecha por onde se deixar entrever, ainda inomeável, o brilho do além-clausura.

É claro que, neste trabalho, há uma tentativa de concretizar parte das possibilidades de problematizações com base nas idéias derridianas e de seguidores. Porém, todo aprendiz ensaia ser como o mestre...

1. 2 Escritura

Derrida (2004) afirma que o conceito de escritura está vinculado a dois outros: o de etnocentrismo e o de logocentrismo. Trata-se, de um modo geral, de maneiras de pensar, doutrinas cujo foco do primeiro radical está sobre os homens unificados numa nação ou raça e o segundo, sobre a razão, a fala, Deus, a ciência. Derrida (2004, p. 3) nomeia a dependência da escritura ao logocentrismo, que reproduz fidedignamente o etnocentrismo, como a

“metafísica da escritura fonética”. O que é designado, por Derrida (2004), de metafísica da escritura fonética é um etnocentrismo pautado em três pilares.

O primeiro pilar refere-se à concepção específica de escritura, que prioriza o som, a fala, construindo uma hierarquia e dissimulando a história da escritura; a fala posiciona-se em primeiro lugar e a escritura, em segundo. O segundo pilar está vinculado à história da metafísica. Os conceitos e postulados metafísicos variam desde a época dos filósofos antecessores a Sócrates. No entanto, o conceito de *logos* identifica e unifica as diferentes metafísicas — como a platônica, a hegeliana, heideggeriana etc. —, porque significa “... a origem da verdade em geral: a história da verdade, da verdade da verdade, foi sempre, com a ressalva de uma excursão metafórica de que deveremos dar conta, o rebaixamento da escritura e seu recalçamento fora da fala ‘plena’” (DERRIDA, 2004, p. 4). O terceiro e último pilar está associado à cientificidade da ciência, que tradicionalmente foi visto como efeito de uma lógica e conceituada conforme a filosofia clássica, ou seja, subordinação ao conceito de fonetização da escritura. Observando a história da ciência, há uma negação do *logos*, da busca incessante por verdades absolutas, pois a ciência sempre se posicionou como questionadora desses dogmas. Porém, é também constante o ato de enquadrá-la conforme a perspectiva da filosofia tradicional (ou a metafísica).

Para o filósofo em questão, a noção de escritura é importante porque nela estão em jogo duas acepções diferentes: uma que reforça as idéias metafísicas e a outra que “liberta” a própria noção de fixidez e de homogeneidade instituídas pela filosofia clássica. Não se trata de uma libertação no sentido estrito da palavra, e sim, de apresentar a escritura como independente da fala em vez de aprisioná-la a uma submissão construída: fala-escritura.

... a escritura numa função segunda e instrumental-tradutora de uma fala plena e plenamente presente (presente a si, a seu significado, ao outro, condição mesma do tema da presença em geral), técnica a serviço da linguagem, *porta-voz* (*porte-parole*),

intérprete de uma fala originária que nela mesma se subtrairia à interpretação (DERRIDA, 2004, p. 9).

Estabelecer uma hierarquia entre fala e escritura, posicionando aquela em primeiro lugar e esta em segundo, é afirmar que a escritura serve apenas de instrumento, apresentando-se como serva da fala. Esse conceito norteou e ainda norteia as diversas formas de pensar. No entanto, a primeira acepção que atravessa a concepção de escritura subverte as verdades absolutas instituídas em várias áreas de conhecimento, em especial, no âmbito da filosofia e da lingüística. Para ele, "... o conceito de escritura excede e compreende o de linguagem" (DERRIDA, 2004, p. 10). E acrescenta que escritura:

... não [é] apenas gestos físicos da inscrição literal, pictográfica ou ideográfica, mas também a totalidade do que a possibilita; e a seguir, além da face significativa, até mesmo a face significada; e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não, e mesmo que o que ela distribui no espaço não pertença à ordem da voz: cinematografia, coreografia, sem dúvida, mas também "escritura" pictural, musical, estrutural, etc. (DERRIDA, 2004, p. 11).

Se a linguagem é incluída na noção de escritura, o que ela significa? Linguagem, com base em Derrida (2004; 1971), é um jogo, é uma estrutura infinita e sem limites. Trata-se de uma vivacidade estrutural intranquilizante, incontida e incercável. Vale ressaltar que a idéias de estrutura remete, por sua vez, às idéias de centro, de fixidez e de presença. Contudo, o mesmo filósofo (DERRIDA, 1971) preocupa-se em distinguir que a estruturalidade da estrutura distancia-se delas.

... o centro encerra... o jogo que abre e torna possível. Enquanto centro, é o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem aliás ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos sempre permaneceu interdita... Sempre se pensou que o centro, por definição único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade (DERRIDA, 1971, p. 230).

Essa idéia de estruturalidade consiste na própria noção de jogo. Porém, o pensamento clássico reduziu tal idéia a uma imobilidade, a uma fixidez, a uma não-mutabilidade e a um não-intercâmbio.

O conceito de estrutura centrada é com efeito de um jogo fundado, constituído a partir de uma mobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída

do jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo (DERRIDA, 1971, p. 230-231).

Tanto a irregularidade, a heterogeneidade e a mutabilidade sempre estiveram presentes na realidade social, como nos sujeitos nela inseridos. Entretanto, tanto o pensamento clássico, quanto o pensamento moderno, de forma insistente, tentaram controlar esse *jogo*, na visão de Derrida (1971), a fim de apagar, ou, pelo menos, amenizar as incertezas, as desestabilidades e as descontinuidades da realidade social.

Além disso, o intercâmbio em que se baseia o jogo só é permitido a partir de uma estruturalidade, pois não é possível atingir a completude significativa. O deslizar dos significantes depende do jogo que propicia a substituição e a complementaridade, a qual se encontra em outra centralidade, em outra estruturalidade. Isso implica que há uma infinidade de estruturalidades e de combinações, de substituições e de suplementações, graças ao jogo, um “jogo, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto infinito” (DERRIDA, 1971, p. 244).

1. 3 Sujeito

O processo de (re)configuração das identidades fundamenta-se em uma complexidade cujos constituintes variam e interligam-se, de forma entrelaçada (SIGNORINI, 1998), no bojo de uma política de representação (RAJAGOPALAN, 2002; 2003). Vinculada a esse processo, a (re)constituição do sujeito institui-se, segundo Signorini (1998), sob a “problemática do sujeito” que “tende a ser assimilada a uma problemática da complexidade (instabilidade, descontinuidade, abertura) — em contraposição à pluralidade —, e uma problemática dos processos de subjetivação — em contraposição à da identidade” (SIGNORINI, 1998, p. 336).

O processo de (re)configuração das identidades não constitui uma sistematização delimitada, homogênea e estável, pelo contrário, esse processo está em constante movimentação, propiciando transformações a todo o momento. Dessa maneira, não é possível captar todas as possibilidades de relações desse processo, mas parte delas, possibilitando a interpretação de como as identidades do sujeito são (re)configuradas.

As noções de identidade(s) e de sujeito mantêm-se imbricadas, de forma a interagirem entre si. A noção de sujeito não corresponde à noção de indivíduo, segundo Guattari e Rolnik (1986, p. 31), porque “os indivíduos são o resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado”. O sistema capitalista estabelece modelos e estruturas sociais em que o indivíduo faz parte de uma serialização em massa, a sociedade. Dessa forma, a noção de indivíduo relaciona-se com a idéia de delimitação estável.

A noção de sujeito pode estar vinculada a essa idéia de delimitação estável ou não, dependendo do processo de (re)configuração das identidades. O sujeito atua como um agenciador de subjetividades, de forma a consumi-las (GUATTARI; ROLNIK, 1986), (re)configurando suas identidades. Essas subjetividades correspondem a variados tipos de linguagem que se entrecruzam no sujeito, porque se trata de:

Um ator que opera entre possibilidades disjuntas e/ou contraditórias, que (des)articula, que se faz nó, nexos, encruzilhada, a partir da multiplicidade heterogênea e polifônica dos códigos e narrativas sociais a que está exposto. Nesse sentido, trata-se de um sujeito que se constitui entre linguagens, ou seja, no/pelo trançado de múltiplas e heterogêneas formas de linguagem (SIGNORINI, 1998, p. 336).

Diferente de uma “individuação do corpo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31), o sujeito dança e move-se em meio às linguagens, (re)configurando suas identidades (DELEUZE, 1992). O sujeito não possui uma única identidade, mas possui várias identidades, às quais são assumidas, negadas e reivindicadas no cerne de uma política de representação (RAJAGOPALAN, 2002; 2003). Por isso, o sujeito é fragmentado, descontínuo e aberto (HALL, 2003; RAJAGOPALAN, 2002, 2003; SIGNORINI, 1998).

Particularmente, o deslocamento da noção de subjetividades, sob a perspectiva dos paradigmas da pós-modernidade, resultou de um “complexo de processo de forças e mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’” (HALL, 2003, p. 67). Esse processo globalizante se acelerou a partir dos anos 70, mas isso não quer dizer que as transformações quanto às concepções de identidade do sujeito ocorreram, bruscamente, sendo sintetizadas, segundo Hall (2003), em: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Por um lado, essas três concepções de identidade descrevem, de forma geral, as transformações fundamentais, ocorridas no sujeito ao longo do tempo. E por outro, baseiam-se na imbricação entre identidade e sujeito. O conceito de identidade do sujeito do Iluminismo:

... estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo — contínuo ou “idêntico” a ele — ao longo da existência do indivíduo (HALL, 2003, p. 10-11).

A complexidade do mundo moderno — que se encontra em um estado crescente de complexificação — e a constatação de que a essência do sujeito mantinha uma relação externa — negando sua autonomia e sua auto-suficiência — refletiram na idéia de um sujeito sociológico. A cultura fazia a mediação entre “os valores, sentidos (...) símbolos dos mundos” (HALL, 2003, p. 11) e o centro do eu, por meio de uma “interação”. Essa concepção foi defendida pelos interacionistas simbólicos G. H. Mead, C. H. Cooley e outros.

Descrevemos uma concepção de identidade baseada na essência e outra, “na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2003, p. 11), porém o processo de identificação do sujeito perdeu seus caracteres de unidade e de estabilidade para sofrer uma fragmentação constante, tornando-se “mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2003, p. 12). Esse processo de identificação, que não permite a fixidez de uma essência humana, caracteriza o sujeito pós-moderno. Ou seja, a identidade do sujeito pós-moderno se forma e

se transforma de maneira descontínua, estando sempre móvel. É por intermédio dessa mobilidade constante que:

... o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertantes e cambiantes de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 13).

A crescente multiplicação dos “sistemas de significação e representação cultural” implica o aumento das possibilidades de assumir, negar e reivindicar identidades diferentes a cada circunstância deparada. Por outro lado, Rajagopalan (2002) desloca a noção de identidades do sujeito pós-moderno (HALL, 2003), a fim de considerá-la como “um construto [...] como algo em constante processo de (re)construção” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 77). Não há, portanto, um processo de identificação baseado no desenvolvimento teleológico, mas uma mobilidade em constante (re)configuração. Rajagopalan (2002, p. 83) acrescenta que “o que os estudos culturais e pós-coloniais, notadamente nas mãos de estudiosos como Bhabha, têm enfatizado é que o caráter performativo da constituição de identidades é algo inegável, sobretudo a partir do fim da Segunda Grande Guerra”.

A partir do momento em que há o deslocamento da concepção clássica de sujeito em direção à pós-moderna, há a valorização da alteridade e da idéia da construção de verdades provisórias por meio da linguagem. Não se nega a relação intercambiante entre sujeito-objeto, sujeito-mundo, sujeito-linguagem, sujeito-língua. E nem é possível distinguir claramente a relação entre língua-linguagem, como instituiu Saussure (1975)⁴ em seu *Curso de Lingüística Geral*.

... a língua que faz a unidade da linguagem (p. 18).

Ela [a língua] é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. (...) Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não se pode nem criá-la nem modificá-la... (p. 22)

⁴ Neste artigo, estamos utilizando a tradução do ano de 1975 do francês *Cours de Linguistique Générale*.

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea (p. 23).

Com esta tentativa, ou talvez com esta construção epistemológica, Saussure (1975) instituiu o objeto da Lingüística Moderna, pois acreditava ser possível separar sujeito do objeto, ou seja, o falante da língua e esta da linguagem. Assim, construiu-se uma verdade em que a linguagem era vista como algo assistemático ou caótico, enquanto a língua, como um objeto analisável por ser sistemático, segundo sua maneira de ver a realidade lingüística. Como foi discutido anteriormente, construiu-se uma visão de mundo claramente compartimentada, facilmente delimitável. Dito de outra forma, as “coisas” seriam por si definidas e fixas, negando-se, desse modo, a dinamicidade, o intercâmbio e o relacionamento entre elas. Nietzsche (1978)⁵ mostra como a realidade em que vivemos é possível em função da linguagem e as verdades nela existentes limitam-se a construções metafóricas.

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdade são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1978, p. 48).

Com base nas idéias nietzschianas, Derrida (1971, 2004 e em outras obras), elabora seu pensamento, retomando e reafirmando que as distinções aparentemente claras as quais norteiam o pensamento moderno são questionáveis, porque seus argumentos constituem falsas verdades absolutas; portanto, são provisórias. As hierarquias são também construções frágeis uma vez que a simples inversão já acarreta o desfazer da relação hierárquica, como discutimos em torno da aparente distinção fala-escritura.

1. 4 Significado/sentido

⁵ O texto citado faz parte de obra intitulada *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, publicada pela primeira vez no ano de 1873; e, aqui, neste trabalho, estamos fazendo uso das *Obras incompletas* da *Coleção Os Pensadores*.

Segundo Arrojo (1992b), a teoria lingüística é de base logocêntrica em se tratando de significado, pois sua origem está fora do sujeito, seja ele denominado como leitor ou como receptor. Assim, segundo ela, há dois conceitos vinculados ao logocentrismo: a literalidade (significado vinculado à letra) e literariedade (o encontro dos significados de textos literários em contexto literário). Tais conceitos omitem radicalmente o sujeito.

A segunda possibilidade ... projeta no emissor/autor a origem do significado, e as atribuições que lhes são conferidas em nossa tradição logocêntrica e patriarcal lembram as de uma figura paterna autoritária e controladora que tem o direito indiscutível de determinar os destinos e os contornos de sua “prole”. Compreender ou ler envolveria, portanto, a descoberta e o resgate daquilo que o emissor ou o autor *quis* dizer. Já nesse contexto é o desejo do autor o fator determinante para emergência e a fixação do significado, o significante (a palavra, o texto) funciona novamente como o invólucro duradouro e resistente capaz de aprisionar através dos tempos e em qualquer circunstância o significado autoral conscientemente pretendido. Ao leitor/receptor cabe apenas, nesse enredo, um papel filial e passivo, um papel essencialmente respeitador e protetor dos desejos autorais intencionalmente “inseridos” no texto (ARROJO, 1992b, p. 36).

A delimitação entre significado literal e figurado não foi feita, de modo objetivo, pela teoria lingüística de tradição logocêntrica (inclui-se a lingüística de raízes saussuriana), o que a tornou frustrante e ineficiente. Desconstruir a figura passiva do leitor, conforme a visão logocêntrica, permite deslocar a posição do sujeito de “simples ‘receptor’” (ARROJO, 1992b, p. 38) para interventor da autoria dos textos que lê, sem matar o autor, sem liberar o leitor e sem desencadear a aleatória produção de significados.

Assim, para a reflexão desconstrutivista, o significado não se encontra preservado no texto, nem na redoma supostamente protetora das intenções conscientes de seu autor, tampouco nasce dos caprichos individualistas de um leitor rebelde; o significado se encontra, sim, na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor (ARROJO, 1992b, p. 39).

O significado é resultado de uma atuação humana, que configura um processo necessário para a existência do sujeito humano.

... de acordo com a perspectiva descortinada por Nietzsche, o homem não é o descobridor de “verdades” independentes de seu desejo de poder ou de seu instinto de sobrevivência mas, sim, um produtor de significados e, portanto, de conhecimentos que se consagram através das convenções que disciplinam os homens em grupos sociais (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1992a, p. 54).

Desse modo, a leitura, segundo a visão desconstrutivista, consiste num processo de produção de sentidos ou significados, não havendo a distinção entre, de um lado, significado/sentido literal e, de outro, o figurado/metafórico. Se não há separação nítida entre literalidade e metáfora, então a compreensão e a interpretação seriam atos distintos?

1. 5 Compreensão e interpretação

Considerando a perspectiva logocêntrica, a qual acredita separar objeto do sujeito, compreender e interpretar são atuações diferentes do sujeito consciente do que diz e pensa. Além disso, esta é uma ação subsequente daquela.

Em outras palavras, para a visão logocêntrica, o sujeito poderia apenas “interpretar” a realidade ou o texto depois de compreender essa realidade ou esse texto, compreensão essa que, quando realizada adequadamente, não deveria revelar as circunstâncias nem o contexto de sua realização ou de seu realizador. Assim, o sujeito poderia apenas revelar-se na “interpretação” do evento ou do texto que tenha, previamente, compreendido de forma “correta” (ARROJO, 1992c, p. 67-68).

Se há a distinção entre compreensão e interpretação, existe também a separação entre significado/sentido literal e significado/sentido figurado (ou metafórico). Uma vez questionada uma destas delimitações, a outra, por consequência, é discutível. Para isso, basta apenas argumentar que não há a delimitação entre objeto e sujeito para que as demais ilusórias distinções sejam postas em xeque, pois:

... a compreensão, num plano humano e “não-divino”, será, sempre, também “interpretação”, uma produção — e não um resgate — de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos. A interpretação, ou a compreensão, escapa, portanto, a qualquer tentativa de sistematicidade pois a possibilidade de sistematizá-las implicaria, inescapavelmente, a própria possibilidade de se sistematizar e pré-determinar tudo aquilo que constitui o “humano”: o subjetivo, o temporal, o inconsciente e até mesmo suas manifestações sócio-culturais presentes e futuras (ARROJO, 1992c, p. 70).

A seguir, vamos tentar ler/interpretar algumas concepções e noções de leitura em jogo nas teorias acerca do processo da leitura: algumas vezes, há a emergência de questões sobre ensino e, outras vezes, irrompem-se aspectos sobre aprendizagem.

2 CONSTRUINDO UMA DISCUSSÃO

2. 1 Idéias logocêntricas de leitura

Angela Kleiman, nos capítulos *O conhecimento prévio da leitura* (1995a) e *Objetivos e expectativas de leitura* (1995b), e Isabel Solé, nos capítulos *O desafio da leitura* (1998a) e *Ler, compreender e aprender* (1998b), posicionam o sujeito leitor como construtor da compreensão de um texto no processo da leitura⁶.

Kleiman (1995a) afirma que a leitura é um processo interativo entre os conhecimentos prévios do sujeito leitor e os significados em potencial no texto lido.

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de *conhecimento prévio*: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão (KLEIMAN, 1995a, p. 13).

Solé (1998a, p. 22) também afirma que a compreensão de um texto se dá por meio da interação entre leitor e texto: "... a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [obter uma informação pertinente para] os objetivos que guiam sua leitura". No entanto, Kleiman (1995a) segmenta os conhecimentos prévios do sujeito leitor em:

⁶ Vale ressaltar que as autoras publicaram os estudos citados na década de 1980, para colaborar na formação de professores. O destino (o público-alvo), em primeiro lugar, destes textos a professores de escolas do ensino fundamental e do ensino médio necessitou de uma construção textual de modo didático. Pode-se remeter que a separação dos conhecimentos prévios (conhecimento de mundo, conhecimento lingüístico e conhecimento textual) visa a atender fins didáticos.

conhecimento lingüístico, conhecimento textual e conhecimento de mundo (ou conhecimento enciclopédico). Enquanto Solé (1998a) não faz tal distinção.

Por trás das visões de Kleiman (1995a) e Solé (1998a), a linguagem é constituída de pontos fixos, em que o sujeito leitor fica encarregado de estabelecer relações entre eles. O sujeito leitor possibilita a mobilidade da linguagem. Portanto, para elas, o processo da leitura ocorre quando se pressupõe a fundação, a fixação do texto e do sujeito autor em torno de um sujeito leitor centrado, construtor e controlador dos sentidos, o qual, por sua vez, aciona seus conhecimentos precedentes.

Percebemos que a concepção de interação de que falam as autoras não consiste num jogo, numa dinamicidade, constituintes da estruturalidade da linguagem, segundo Derrida (1971), e sim, num processo centralizador do sujeito, o contrário do que afirmam Hall (2003), Rajagopalan (2002; 2003) e Signorini (1998): o sujeito leitor é visto como estável, contínuo e fechado. Pode-se denominá-lo como um sujeito sociológico cuja definição pressupõe uma falsa interação entre centralidades que, de um lado, há eu, o interior — representado pelos conhecimentos prévios do sujeito leitor — e, de outro, o social, o exterior a ele — representado pelo texto e pelo sujeito autor. A figura do sujeito leitor emerge porque seus conhecimentos prévios atuam em sua configuração identitária, porém, Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b) a concebem de um modo logocêntrico. O logocentrismo concretiza-se a partir do momento que há uma tentativa de separar os conhecimentos prévios do sujeito leitor — em especial, a primeira autora — do processo da leitura.

A tentativa de segmentação daquilo referente ao sujeito leitor e do que se refere ao exterior dele, o social, fica clara quando ambas definem o compreender e o interpretar no processo da leitura. Kleiman (1995a; 1995b), quando aponta os conhecimentos prévios como atuantes no processo de compreensão durante a leitura, subdivide-os em textual, lingüístico e enciclopédico. Além disso, ela afirma que as inferências e os esquemas também colaboram na construção do compreender, pois garantem a

estabilidade significativa do texto lido pelo sujeito leitor, ou seja, trata-se de um conhecimento supostamente compartilhado entre o sujeito leitor e o sujeito autor por meio do texto.

... compreender não é uma questão de tudo ou nada, mas é relativa aos conhecimentos de que o leitor dispõe sobre o tema do texto e aos objetivos estipulados pelo leitor (ou, embora estipulados por outro, sejam aceitos por este). Esses objetivos não determinam apenas as estratégias que se ativam para se obter uma interpretação do texto; também estabelecem o umbral de tolerância do leitor com respeito aos seus próprios sentimentos de não-compreensão (SOLÉ, 1988b, p. 41).

A interpretação ocorre somente quando o sujeito leitor elabora as hipóteses e os objetivos da leitura. No entanto, a estabilidade que afirmam, de modo implícito, as autoras por meio do ato de compreender não é garantido, com base nas idéias de Arrojo (1992a; 1992b), Arrojo e Rajagopalan (1992a), Derrida (2004) e Nietzsche (1978). Não se pode apontar precisamente o que quis dizer o sujeito autor, mesmo porque, a partir do momento que ele produziu o texto, a relação de pertencimento se desfaz entre produtor e produção textual. Não é possível recuperar o instante da produção e nem o sentido projetado neste instante ao próprio texto. Quem dará “vida” ao texto é o sujeito leitor, não em função de recuperar o que o sujeito produtor quis dizer, e sim, em nome da metáfora que ele deseja construir por meio da linguagem. Dito de outra forma, o sujeito leitor interpreta em função de sua sobrevivência como ser humano, sendo guiado por suas identidades e pela comunidade da qual faz parte.

Para Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b), compreensão e interpretação são ações diferentes no processo da leitura. É inegável que, para ambas, ler ultrapassa a decodificação, alcançando a compreensão e a interpretação. Porém, quando se discute que leitura é compreensão, está em jogo aquilo que é constante no texto lido. Solé (1998b) diz que o sujeito leitor respeita o significado em si do texto. Na verdade, com base nas idéias desenvolvidas na seção teórica, o papel do sujeito leitor não é respeitar o significado literal do texto lido, em vez disso, é construir uma interpretação possível em função da comunidade social da qual se insere, de sua

subjetividade etc. Tudo não é permitido; a interpretação é orientada pelos aspectos não só sociais como também identitários e históricos. Desse modo, não se pode dizer que há compreensão sem interpretação e vice-versa; ambas existem simultaneamente porque, em se tratando do jogo da linguagem, não há delimitações, e sim, intercâmbio e entrelaçamento.

2. 2 Idéias antilogocêntricas de leitura

As concepções de leitura, na visão de Kleiman (1995a; 1995b), Solé (1998a; 1998b), pautam-se na idéia de leitura como construção da compreensão e da interpretação cujo foco está no sujeito. Enquanto as noções de leitura, conforme as perspectivas de Freire (1990), de Goulemot (2001), de Arrojo e Rajagopalan (1992b) e Bakhtin (1992; 1997), atrelam o processo da leitura ao social e ao ideológico. Sem a existência de um centro fixo, tem-se a idéia do sujeito construtor de seu conhecimento por meio da leitura.

Freire (1990) vê o processo da leitura como um modo de ler o mundo, para que seja possível perceber a palavra, diferente de Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b), em que os conhecimentos prévios se limitam a um processo individual, sendo acionados pelo sujeito leitor. Na visão delas, é possível separar o sujeito leitor de um lado e o texto a ser lido de outro, os quais interagem entre si. Já para Freire (1990), o sujeito leitor está imerso numa realidade em que não se pode separar tão claramente o que é mundo, o que é sujeito e o que é palavra. A leitura do mundo, para ele, precede a leitura da palavra, a qual se dilui com a história do sujeito.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1990, p. 11-12).

De acordo com a visão do estudioso supracitado, não há uma distinção entre a compreensão e a interpretação, pois o mundo é expressão, é interpretação, é compreensão. Neste aspecto, a noção freiriana de “palavramundo” aproxima-se da noção derridiana de escritura, porque, primeiramente, não há a vinculação da “palavramundo” a um conceito associado à voz, à verdade absoluta, à fala. O sujeito está imerso na linguagem como expressão, que a todo momento é interpretada, é lida por ele. Ou seja, o mundo, a realidade em que vive o sujeito é expressão e criação humanas, sendo ele não só leitor/interpretador do mundo, da realidade como também construtor deste.

Daquele contexto — o do meu mundo imediato — fazia parte por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando as suas crenças, os seus gostos, os seus receios, os seus valores. Tudo isso ligado a contextos mais amplos que o do meu mundo imediato e de cuja existência eu não podia sequer suspeitar (FREIRE, 1990, p. 14).

Podemos notar tanto nas idéias de Arrojo e Rajagopalan (1992b), Freire (1990), Bakhtin (1992; 1997), Goulemot (2001), Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b) que há uma certa anterioridade, a qual constitui o sujeito. Porém, o modo de olhar essa anterioridade constitutiva é diferente, pois uns (KLIEMAN, 1995a,1995b; SOLÉ, 1998a, 1998b) a denominam como ponto de origem, o início e outros (ARROJO e RAJAGOPALAN, 1992b; FREIRE, 1990; BAKHTIN, 1992, 1997; GOULEMOT, 2001) como continuidade do processo, do jogo da linguagem. O jogo da linguagem antecede o sujeito e atua na configuração identitária dele, no entanto, não se sabe seu início e seu fim.

Por exemplo, Bakhtin (1997, p. 308) observa a linguagem como se fosse um enunciado e define-o como "um elo na cadeia da comunicação verbal". O sujeito, em sua visão, está imerso nessa cadeia discursiva e se constitui como tal porque há algo a ele antecedente e posterior. Isto é: o sujeito se constitui no entremeio do enunciado (a linguagem), não se tratando de uma parte separada da historicidade que constitui o mundo da linguagem (lembrando que este mundo inclui objetos e as metáforas, no sentido

nietzschiano). Desse modo, o sujeito não consiste numa “peça” separada de seu “quebra-cabeça” (enunciado ou linguagem), ele mantém-se encaixado. Conserva-se também uma interabilidade entre a parte e o todo.

As fronteiras do enunciado concreto, compreendido como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores. Todo enunciado — desde a breve réplica (monolexêmica) até o romance ou o tratado científico — comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-resposta dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar um lugar à compreensão responsiva ativa do outro (BAKHTIN, 1997, p. 293-294).

Signorini (1998) designa esses dois olhares como: um está associado aos paradigmas da modernidade e outro aos paradigmas da pós-modernidade. Aquele olhar (KLEIMAN, 1995a, 1995b; SOLÉ, 1998a, 1998b) que defende a idéia da separação entre objeto e sujeito, vê a linguagem de uma maneira teleológica e concebe a identidade do sujeito como fixa, contínua, fechada e homogênea, circunscrevendo-se nos paradigmas da modernidade. Enquanto o olhar (ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992b; FREIRE, 1990; BAKHTIN, 1992, 1997; GOULEMOT, 2001) que argumenta a favor das idéias de intercâmbio e entrelaçamento na relação sujeito-objeto, percebe a linguagem como um processo, como um jogo sempre dinâmico e concebe as identidades do sujeito como fragmentadas, provisórias, abertas e heterogêneas, circunscrevendo-se nos paradigmas da pós-modernidade. Por sua vez, com base na visão derridiana, podemos dizer que os posicionamentos em favor dos paradigmas da modernidade são tidos como perspectivas logocêntricas e os posicionamentos em favor dos paradigmas da pós-modernidade configuram-se como pontos de vista antilogocêntricos.

A leitura, segundo a visão freiriana, atribui ao sujeito uma posição de criador, um sujeito que produz conhecimento a partir de suas experiências no mundo no qual faz parte e vive. Essa produção de conhecimento vincula-se a um posicionamento político marcado e definido pela ideologia. Assim, segundo Freire (1990), a leitura não se concentra no sujeito, e sim, o torna um atuante

político no mundo, em especial, no contexto mais próximo de si, sem esquecer, é claro, que ele nunca atua de maneira neutra, desinteressada, sem vínculo minimamente ideológico. Arrojo e Rajagopalan (1992b) vão ao encontro da idéia de Freire (1990) quando apontam o papel do professor no âmbito de uma sala de aula, o contexto imediato de que este fala.

O professor que não se percebe enquanto sujeito ideológico, produtor de significados, e que inadvertidamente transfere para o texto a autoridade que na realidade exerce sobre seus alunos presta um desserviço à educação. Ainda que adote uma pedagogia aparentemente “renovada”, supostamente menos autoritária e centrada no aluno, que pretenda enfatizar a formação ao invés da mera transmissão de informação, esse professor estará, sem saber, apenas desempenhando o papel de guardião e de divulgador dos significados que aprendeu a aceitar como intrinsecamente “corretos” e “verdadeiros” (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1992b, p. 89).

Dentro de uma sala de aula, há o sujeito que assume a identidade de professor e vários outros posicionam-se como alunos, e entre eles, há um intercâmbio de conhecimentos atuantes tanto na configuração dessas identidades assumidas no contexto em questão como também fora dele. Contudo, Arrojo e Rajagopalan (1992b) e Freire (1990) nos alertam que se esquece de um jogo atuando sob o contexto da sala de aula, o qual, por sua vez, é influenciado por forças exteriores e amplas. O problema maior está na estabilização de tal jogo e encará-lo como se fosse neutro. Assim, continuamos a discutir sobre o papel acima citado do professor (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1992b, p. 89-90).

Esse professor ignora, portanto, sua condição de peça fundamental do jogo ideológico que, aliás, tem como objetivo principal sua própria manutenção. Ao escamotear a origem ideológica de todo e qualquer processo de significação, o professor serve principalmente — e às cegas — à ideologia de que é produto já que todo jogo ideológico, para ser mais eficaz, deve exatamente escamotear seu caráter de “jogo” e apresentar-se como “verdade” independente e comprovável. Ao tentar ofuscar o interesse ideológico que determina a leitura que elege como “adequada” ou “correta”, o professor se insere numa tradição pedagógica que sempre teve como base a escamoteação de seus próprios interesses.

A historicidade atravessa o sujeito e não é de forma não intervencionista, pelo contrário, tanto a ideologia quanto a história intervêm em sua constituição identitária. Tanto Freire (1990) quanto Goulemot (2001) tratam o conhecimento, que constitui o sujeito um ser histórico, como uma biblioteca. Pode-se dizer que, na visão de Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b),

tratam-se dos conhecimentos prévios do sujeito leitor e para Freire (1990) e Goulemot (2001), são as bibliotecas. O primeiro discute a existência de bibliotecas populares como forma física e política de construir a história cultural de um povo. Enquanto Goulemot (2001) não vê a biblioteca, ao mesmo tempo, coletiva e individual, em vez disso, ele a percebe como um conhecimento voltado mais ao individualizado. Ele também faz uso de uma noção bakhtiniana importante: o dialogismo. O propósito é argumentar que a leitura uma comparação.

Em se tratando de literatura, ler um livro é estabelecer um diálogo com outros livros. Por isso, o uso da terminologia *biblioteca*, que é mais individual do que coletivo. “Ler será, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais. É raro que leiamos o desconhecido. O gênero do livro, o lugar de edição, as críticas, o saber erudito, colocam-nos em posição valorizada de escuta, em estado de recepção” (GOULEMOT, 2001, p. 113). No caso, de Freire (1990), as bibliotecas mantêm uma interação entre o coletivo e o individual. A leitura dá vazão à subjetividade do sujeito leitor. Trata-se de uma prática social, no qual o sujeito atua como um intervencionista da realidade, não sendo possível desvencilhar o processo da leitura daquilo que Freire (1990) nomeou de “palavramundo”.

Goulemot (2001) também concebe a leitura como prática social, porém seu enfoque se dá no que ele denomina de “fora-do-texto”. “O *fora-do-texto* é também uma história coletiva e pessoal. Desta última podemos discernir dois lados: o que nos liga ao contemporâneo e o que constitui nossa. Admitiremos essa distinção, ainda que pudéssemos afirmar que a própria marca individual está inscrita em modelos genéricos” (GOULEMOT, 2001, p. 110).

O autor supracitado focaliza a leitura, tomando como base os textos literários, e mostra que ler é um produzir sentidos no qual o corpo do sujeito também atua, age. “Somos um corpo leitor que cansa ou fica sonolento, que boceja, experimenta dores, formigamentos, sofre de câibras. Há mesmo uma instituição do corpo que lê”, segundo Goulemot (2001, p. 109). A atuação do

corpo, durante o processo de leitura, é uma novidade não tratada por nenhum conhecido autor até o momento. Pode-se dizer que a leitura não é uma prática social somente porque o sujeito, no momento do ler, ativa toda a história cultural (política e social) que o constitui, mas também porque se faz ler e se dá a ler por meio do corpo. Cada ato de ler é um produzir sentidos, pois entram em jogo três fatores: o corpo, o histórico e a biblioteca. Todos eles não cessam de transformar-se, modificar-se. Por isso, a leitura é polissêmica, uma vez que a produção de sentidos possui uma ligação com a história em constante (re)fazer. Cada ato de ler é único, visto que as variáveis que desencadeiam a produção de sentidos são específicas desse momento.

Arrojo e Rajagopalan (1992b) apresentam uma noção desconstrutivista de leitura. O propósito é desatrelar o ato de ler a um *logos* centralizador, denominado de razão, fala, palavra de Deus, discurso e verdade. A desconstrução, a desmontagem da concepção de centro, quando se discute o processo da leitura, pretende mostrar a fragilidade de algumas idéias acerca da leitura e do ato de ler. Dito de outra maneira, Arrojo e Rajagopalan (1992b) descrevem uma noção antilogocêntrica de leitura a partir da problematização de algumas concepções, vistas por eles, como logocêntricas. Ambos são seguidores das idéias derridianas. Portanto, eles constroem uma argumentação em concordância com a base teórica deste trabalho.

Em linhas gerais, eles questionam a distinção entre objeto e sujeito, porque a afirmação dessa separação leva o sujeito leitor a descobrir e a resgatar os significados produzidos no momento da produção do texto.

A concepção..., que Jacques Derrida chamaria de “logocêntrica”, pressupõe a possibilidade de significados independentes do sujeito, da história e das circunstâncias da leitura. Segundo essa visão, ler seria, conseqüentemente, descobrir e resgatar significados estáveis, “presentes” no texto, e essa leitura poderia ser considerada correta ou incorreta, aceitável ou inaceitável, independentemente da perspectiva de quem a julga. Pressupõe, portanto, a possibilidade da neutralidade e da ausência de perspectiva como marca da relação leitor texto; pressupõe, em outras palavras, a possibilidade de que um leitor, no exato momento da leitura, pudesse se esquecer de tudo que o constitui como sujeito: seu inconsciente, sua história, sua cultura, sua ideologia (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1992b, p. 88).

Há uma tentativa ilusória de resgatar, recuperar o exato instante em que os significados foram gerados pelo sujeito escritor de um texto. Desta maneira, instaura-se, quando se faz tal resgate, a concepção de leitura correta, visto que coincide falsamente com aquilo que foi pensado pelo sujeito autor. Por trás desse resgate, pressupõe-se uma distinção entre significado/sentido literal e significado/sentido metafórico ou figurado. Quando se busca aquele, afirma-se a idéia de recuperação do que o sujeito autor quis dizer no instante no qual produziu o texto. Além disso, mantêm-se implícito a leitura compreensiva e a interpretativa de um texto, pois a primeira visa revelar o significado/sentido literal — aquele que coincide com a intenção do sujeito autor — e a segunda objetiva conceber um espaço, ou seja, oportunizar a emersão da subjetividade do sujeito leitor. As distinções, por um lado, significado/sentido literal e significado/sentido metafórico, e por outro, compreensão e interpretação, obedecem a uma hierarquia, que posicionam a subjetividade do sujeito leitor sempre em segundo plano, e o objeto, o exterior a ele, está reservado o primeiro lugar.

Quando Arrojo e Rajagopalan (1992b) definem o ato de ler, com base na recaptura do pensamento do sujeito autor, como “metáfora da extração dos significados”, pretendem criticar o processo de apagamento do sujeito leitor já que não são considerados seus conhecimentos e, muitos menos, o momento sócio-histórico do ato de ler. Há uma prisão ao passado, visando preservar, manter a verdade absoluta. Neste aspecto, Bakhtin (1992) fez uma contundente crítica ao endeusamento da palavra estrangeira nos estudos filológicos e lingüísticos de cunho saussuriano. Para ele, a filologia concentra-se na "ressurreição de cadáveres" (escritos mortos) e a lingüística, por ser sua herdeira, dá ênfase aos monólogos mortos, valorizando a palavra estrangeira (ênfase sobre o processo de identificação, e não, sobre o processo de compreensão).

Assim é a língua morta-escrita-estrangeira que serve de base à concepção da língua que emana da reflexão lingüística. A enunciação isolada-fechada-monológica, desvinculada de seu contexto lingüístico e real, à qual se opõe, não uma resposta

potencial ativa, mas a compreensão passiva do filólogo: este é o 'dado' último e o ponto de partida da reflexão lingüística (BAKHTIN, 1992, p. 99).

Apesar dele não fazer uma explícita relação ao processo da leitura, muitas de suas idéias vão ao encontro da argumentação problematizadora da visão logocêntrica de leitura, segundo Arrojo e Rajagopalan (1992b). Podemos destacar a falsa idéia de leitura neutra, que também é criticada por Freire (1990). Tanto Bakhtin (1992), Freire (1990) quanto Arrojo e Rajagopalan (1992b) argumentam a inexistência de uma neutralidade, quando se discute a linguagem verbal, mais precisamente, quando se fala em signo e posicionamento do sujeito.

Na verdade, Bakhtin (1992) apresenta a noção de signo ideológico, enquanto Arrojo e Rajagopalan (1992b) criticam a concepção saussuriana de signo lingüístico para mostrar como se aniquila, no ponto de vista logocêntrico de leitura, a ideologia. Para estes, a afirmação das idéias saussurianas, no âmbito do ensino da leitura, reproduz um conceito logocêntrico de leitura, na qual há a interpretação correta e única, descartando qualquer polissemia de sentidos. Já aquele faz uma crítica apurada aos postulados saussurianos, no entanto uma de suas maiores inovações está em ver o signo como uma arena de conflitos, de forças em disputa, de valores, na qual se reconhece ao sujeito uma posição de humano, e não, de ignorante, desconhecedor das idéias e das coisas do mundo em que vive. Nesse aspecto, Nietzsche (1978) e Bakhtin (1992) convergem-se, pois ambos enfatizam a humanidade na constituição da linguagem.

A leitura, a partir dos olhares antilogocêntricos (ARROJO, RAJAGOAPALN, 1992b; BAKHTIN, 1992, 1997; FREIRE, 1990; GOULEMOT, 2001), é processo de produção de sentidos, os quais refletem e refratam juízos de valores, sem jamais perder de vista as questões ideológicas e históricas. Todo ato de ler é possível porque, no momento em que se realiza, há o diálogo entre os conhecimentos anteriores e constituintes do sujeito leitor, os conhecimentos em circulação social em torno dele e também se projeta a

construção de conhecimentos a partir desse ato de ler. Isto é: num ato de ler, há uma interação de todos os conhecimentos anteriores, presentes e futuros do sujeito leitor pelo viés do agir, do fazer por meio da linguagem e dificilmente isso ocorre de modo pacífico, sem haver conflitos e tensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos, neste trabalho, discutir alguns conceitos de leitura e aspectos do processo da leitura. Tal proposta configurou uma explicitação panorâmica de diversos pontos de vista, nos quais percebemos (até pode ser considerado como logocêntrico) agrupá-los conforme, de um lado, a pressuposição de idéias logocêntricas, e de outro, a negação e a reivindicação de posicionamentos antilogocêntricos. A idéia logocêntrica que orientou nossa leitura problematizadora concentra-se sobre a distinção objeto-sujeito. E dela foram desencadeadas outras diferenciações, como: fala e escritura, literalidade e metáfora, compreensão e interpretação. De um modo geral, se é possível argumentar evidenciando a fragilidade de um desses pares, conseqüentemente, as outras também podem ser questionáveis, como um “efeito dominó”.

Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b) constituíram os exemplos de posicionamentos, de base logocêntrica, colocados em discussão neste artigo. Percebeu-se que há uma distinção entre significado literal e significado metafórico, pois o processo da leitura fundamenta-se em dois momentos: 1) o da compreensão, os quais se buscam recuperar os significados vistos como estáveis e coincidentes com as intenções do sujeito autor; e 2) o da interpretação, que concebe lugar à emergência da subjetividade do leitor. Porém, o ato de compreender ocupa uma posição privilegiada, porque é depois dele que prossegue o ato de interpretar. Ou seja: privilegia-se a

construção dos significados do texto que advém da exterioridade do sujeito leitor, buscando resgatar a presença subjetiva do autor “expressa” na produção. No entanto, com base nas idéias derridianas (1971 e 2004) e seguidores (ARROJO, 1992a, 1992b, 1992c; ARROJO, RAJAGOPALAN, 1992a, 1992b), a partir do momento em que um texto é produzido, a relação de pertencimento entre sua produção e sujeito produtor se desfaz, porque quem passa a estabelecer uma relação de pertença é o sujeito leitor: o construtor/interpretador tanto do texto quanto do mundo que lê/interpreta.

É importante ressaltar que usar trabalhos de Kleiman (1995a; 1995b) e Solé (1998a; 1998b) como exemplos, colocando em foco as pressuposições logocêntricas, não os tornam estudos desmerecedores, pelo contrário, há várias contribuições deles oriundas. Porém, não é o propósito deste artigo. O propósito, na verdade, é negar as idéias logocêntricas colocadas em xeque, para reivindicar uma posição antilogocêntrica, na medida do possível, é claro. Como já destacamos, trata-se de uma tentativa de praticar, de concretizar os principais fundamentos e propósitos do projeto da desconstrução (DERRIDA, 1971; 2004), lembrando, mais uma vez que, este sujeito produtor é uma humilde concordante das idéias derridianas e de seguidores apresentados na base teórica deste trabalho.

Referências Bibliográficas

ARROJO, Rosemary. Apresentação. In: _____. (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992a. p. 9-12.

_____. A desconstrução do logocentrismo e a origem do significado. In: _____. (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992b. p. 35-39.

_____. Compreender x interpretar e a questão da tradução. In: _____. (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992c. p. 67-70.

_____.; RAJAGOPALAN, Kanavillil. A noção de literalidade: metáfora primordial. In: ARROJO, Rosemary (org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992a. p. 47-55.

_____.; _____. O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia. In: ARROJO, Rosemary (org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992b. p. 87-91.

BAKHTIN, Mikhail [VOLOCHINOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Edições 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro a partir da obra original em francês *De la gramatologie*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *A escritura e a diferença*. Tradução brasileira a partir da obra original em francês *L'écriture et la différence*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 24. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990.

GOULEMOT, Jean. Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 107-116.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KLEIMAN, Angela. O conhecimento prévio da leitura. In: _____. *Texto e leitor*. Aspectos cognitivos da leitura. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995a. p. 13-27.
- _____. Objetivos e expectativas de leitura. In: _____. *Texto e leitor*. Aspectos cognitivos da leitura. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995b. p. 29-44.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Obras Incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun, tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 43-52 (Coleção *Os Pensadores*).
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.) *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-87.
- _____. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução do original em francês *Cours de Linguistique Générale* de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: _____. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 333-380.
- SOLÉ, Isabel. O desafio da leitura. In: _____. *Estratégias de leitura*. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998a. p. 21-37.
- _____. Ler, compreender e aprender. In: _____. *Estratégias de leitura*. Tradução de Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998b. p. 39-47.